



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LILIANE RAMOS MENEZES

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

LILIANE RAMOS MENEZES

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Teodoro.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

LILIANE RAMOS MENEZES

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 29 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Teodoro (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Ana Rita de Cássia Santos Barbosa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Denilson Lima Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA	7
2	JUSTIFICATIVA	7
3	OBJETIVOS	9
3.1	OBJETIVO GERAL	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4	REVISÃO DA LITERATURA	9
4.1	A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	9
4.2	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	13
4.3	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
5	METODOLOGIA	17
6	CRONOGRAMA	19
	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo é notório que a Educação Infantil brasileira passou por diversos processos de mudanças que transformaram tanto sua estrutura quanto seu papel social. Essas mudanças, principalmente a partir do final do século XIX, e particularmente no século XX, foram pautadas pelas novas formas de se considerar a criança. Segundo Craidy e Silva (2001), há tempos atrás a educação das crianças era unicamente obrigação dos pais ou responsáveis, ou seja, até então, não existiam instituições como creches e pré-escolas que abrigassem as crianças e, muito menos, valorizassem e propagassem a educação das mesmas. Foi a partir da Revolução Industrial, de acordo com as autoras, com a saída das mulheres da época para trabalharem fora de casa, que tais instituições foram criadas para receberem e cuidarem de crianças, na ausência de suas mães.

Especificamente no Brasil, a história da Educação Infantil é relativamente recente. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a mesma passou a ser um direito da criança e um dever do Estado e da família e, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passou a ser a primeira etapa da educação básica.

A inserção da Educação Infantil no campo da educação trouxe muitos desafios, entre outros, aqueles envolvendo o processo de ensino e a aprendizagem das crianças. A alfabetização certamente foi e, continua sendo, um dos principais desafios a ser enfrentado, já que, a mesma passou a ser vista como uma ameaça na e para a formação dos pequenos, levantando, assim, sérias críticas por envolver, segundo Soares (1999), a aprendizagem da leitura e da escrita, por meio de atividades repetitivas e a decoração. Em função disso, Kato (1986) traz, pela primeira vez para o campo de debate, o conceito de letramento em seu livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, onde é abordado os diferentes tipos de letramento.

Soares nos ensina que

Letramento é uma palavra recente, sendo que seu surgimento se dá devido a necessidade de configurar as questões relacionadas a leitura e a escrita, através do processo de alfabetização. A necessidade de se alfabetizar tornou-se crescente, porém, sua insuficiência é percebida. (SOARES, 2004, p. 96)

Especificamente na Educação Infantil, a alfabetização e o letramento, com isso, ganharam novos rumos. A alfabetização passou a ser um método que ultrapassava os processos de decodificação, e o letramento, uma melhora para o campo da educação infantil, junto as crianças, já que, os métodos repetitivos que eram utilizados com as mesmas, foram sendo (por algumas instituições) deixados de lado e uma nova técnica foi se aperfeiçoando naqueles espaços.

Segundo Augusto (2011), poderia se alfabetizar na educação infantil na medida em que fossem analisadas as metodologias utilizadas e respeitassem o grau de formação e fase em que a criança se encontrava. No entanto, para ela, não se pode exigir que a criança saia da pré-escola sabendo ler e escrever, porque o que precisa ser priorizado na etapa da infância, são as brincadeiras. Já, Soares (2004), defende que na educação infantil o letramento pode ser o engajador da aprendizagem das crianças e a alfabetização pode acontecer se acompanhado por métodos de letramento, ou seja, alfabetizar letrando.

Com o espaço adquirido pelo letramento na seara da Educação Infantil os diferentes métodos que ele abrange e os possíveis benefícios que ele pode ocasionar às crianças, começam a ser analisados. A contação de histórias, as músicas para dormir (utilizadas especificamente nas creches), as brincadeiras e jogos em sala de aula que trabalham o cognitivo e o desenvolvimento da criança, os recortes de revistas e materiais, a produção de desenhos em cartais, a interpretação de personagens (teatro), o contato com outras crianças em rodas de cantiga e histórias, são alguns métodos que ganharam destaque, pois, possibilitam uma aprendizagem de forma prazerosa e gratificante, não apresentando prejuízo na formação integral da criança.

Para Augusto (2011), a linguagem escrita pode ser potencializada, apresentando novas aprendizagens quando a contação de histórias e as brincadeiras, estão envolvidas. Já, Kishimoto (2010) destaca que métodos que contemplam jogos, músicas e o uso de objetos tecnológicos, contribuem amplamente para o desenvolvimento da criança. É sabido que muitos espaços educacionais já utilizam o letramento como método para educar as crianças em sua fase inicial de escolarização. No entanto, tudo indica que no campo da Educação Infantil, apesar de várias linguagens utilizadas em processos de letramento estarem presentes, não se sabe ao certo, como o mesmo tem sido desenvolvido, enquanto um método.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

A partir do exposto, focando o interesse na seara da Educação Infantil, que a seguinte pergunta foi formulada:

- ✓ Como e em que medida o Letramento é compreendido e desenvolvido em espaços de Educação Infantil do município de São Francisco do Conde?

2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema do presente projeto tem relação direta com a minha infância. Lembro-me de que quando entrei no Ensino Fundamental tinha uma percepção de que era diferente das demais crianças, particularmente porque não conseguia compreender bem as atividades. No entanto, minha professora à época, chamada Fabrícia, me mostrou, por meio de sua prática, que a única diferença presente estava na compreensão da forma de aprender de cada um.

As metodologias por ela utilizadas nas aulas evidenciava que ela não queria apenas dar aulas, mais queria se tornar amiga de todos os alunos, transmitindo, assim, confiança aos mesmos. Recordo-me que as aulas eram sempre divertidas, envolvendo brincadeiras, jogos e contação de histórias.

Ela continuou sendo minha professora até os anos finais do Ensino Fundamental. Outra lembrança: na minha casa, meus familiares não gostavam de ler ou escrever, creio que tenha sido pelo pouco acesso às oportunidades. Éramos pobres e não tínhamos condições de comprar livros, no entanto, aquela professora me incentivava a ler, a gostar de ler. Ela emprestava os livros, levava-nos à biblioteca, contava histórias, encenando os personagens. Com isso, não tive outra escolha, aprendi a apreciar a leitura de forma que não saia mais da biblioteca e quando minha mãe percebeu que eu gostava muito de ler, se esforçou ao máximo e comprou meu primeiro livro, um romance. A partir de então não parei mais de ler. A leitura e a escrita, foi se tornando algo divertido. Recentemente, refleti sobre como uma educação desenvolvida de forma prazerosa, pode mudar nossas vidas. Fiquei imaginando se aquela professora só nos ensinasse o essencial, se ela utilizasse apenas métodos de repetição, será que sendo membro de uma família com poucos hábitos leitura, eu teria

aprendido o prazer de ler? As respostas podem variar, no entanto, tenho certeza que foram os métodos utilizados pela minha professora, nos primeiros anos escolares, que fizeram a diferença.

Hoje, escrever sobre alfabetização e letramento no presente projeto, tem fortes influências do passado. A identificação com a área da educação e a inspiração na minha própria história, reforçam o meu querer trabalhar na seara da Educação Infantil, com crianças.

A escolha da cidade é em função de ser local de minha residência. A título de informação, São Francisco do Conde é uma das primeiras povoações coloniais da América portuguesa, estabelecida na segunda metade do século XVI no âmbito dos esforços da Coroa de assegurar o controle do território no entorno da Baía de Todos os Santos, em cuja margem leste havia sido fundada a capital do Governo-Geral em 1549, tanto diante da resistência indígena quanto da concorrência de outros países europeus. Da mesma época, datam as povoações de Cairu e Jaguaripe, que compartilham com São Francisco do Conde sua posição de força militar, a cavaleiro sobre o mar, na boca de estuários que controlavam o acesso, por barco, ao interior do território.

A cidade de São Francisco do Conde faz parte do Recôncavo Baiano, lugar que foi palco de lutas entre índios, negros e portugueses. Essa diversidade de grupos étnico-raciais foi responsável pela constituição da população da cidade de São Francisco do Conde e isso se reflete tanto na arquitetura, quanto na culinária e nas diferentes heranças culturais. De acordo com o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2018 São Francisco do Conde possuía uma população estimada de 39.338, sendo que 90% da população, se autodeclarava negra.

Os resultados do presente projeto, bem como com o desenvolvimento da pesquisa, contribuirão para uma maior visibilidade das escolas de Educação Infantil da rede pública do município. Além disso, o projeto contribuirá para que processos formativos sobre Alfabetização e Letramento sejam desenvolvidos para professores/as responsáveis pela educação dos pequenos, em espaços de Educação Infantil. Ademais, no campo acadêmico, o projeto poderá potencializar as pesquisas sobre a temática que vem sendo desenvolvida, com a especificidades de um município do Recôncavo da Bahia.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar práticas pedagógicas de docentes, visando identificar as metodologias utilizadas para o desenvolvimento da alfabetização e do letramento em espaços de Educação Infantil do Município de São Francisco do Conde.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar estratégias utilizadas por docentes de Educação Infantil para a alfabetização e o letramento de crianças inseridas na pré-escola;
- ✓ Identificar, no cotidiano escolar, quais os impactos no aprendizado das crianças inseridas na pré-escola, das estratégias utilizadas para o desenvolvimento da alfabetização e do letramento.
- ✓ Compreender como docentes de Educação Infantil compreendem, na rotina com as crianças, os momentos e os recursos direcionados à alfabetização e ao letramento.

4 REVISÃO DA LITERATURA

4.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil no Brasil passou por inúmeras mudanças tanto nas regulamentações quanto em seus significados, já que esses são construídos socialmente, podendo ocorrer mudanças de acordo com a época, a cultura, a sociedade e suas ideias e teorias. De acordo com estudiosos sobre a questão, até o século XVII as crianças não eram vistas a partir de suas particularidades, sendo que as concepções em relação às mesmas se modificou a partir do século XVIII, deixando de ser vistas como indivíduos sem importância e quase imperceptível, passando a

ocupar um maior destaque na sociedade, ou seja, a criança ganha uma nova forma de ser “olhada”. A partir de então, a infância passou a ocupar um lugar na sociedade e a conferir à criança, direitos. No Brasil, a partir da década de 1970, período marcado mais enfaticamente pela inserção das mulheres no mercado de trabalho e da necessidade de ter um espaço para acolher as crianças, que movimentos de mulheres se organizaram em prol da luta por creches, e a criança começou a ter certa notoriedade.

Para se compreender, as primeiras creches que surgiram eram comunitárias, iniciadas por mulheres de classes populares que cuidavam de várias crianças para que suas mães pudessem trabalhar, no início, eram de caráter filantrópico ou sustentadas pelos próprios usuários, o que resultava, muitas das vezes, em péssimas condições de higiene e no despreparo das pessoas que cuidavam das mesmas. Somente a partir da década de 1950 que ocorreu maior presença do poder público e certa preocupação com a educação das crianças e as condições higiênicas nas quais elas se encontravam e eram cuidadas, surge, então, as primeiras regulamentações ao atendimento das crianças em escolas de educação infantil. Na década de 1970, segundo Santos (2012), houve uma alteração na forma como era compreendida a educação ocorrida nas instituições de atendimento à criança, que passou de caráter assistencialista para um caráter compensatório, ou seja, um atendimento que deveria ter como objetivo sanar as carências que afetavam as crianças pobres, tendo, assim, como principal objetivo, a promoção de oportunidades educacionais de caráter social para as crianças de baixa renda. Para Santos,

Na realidade, estes programas de educação compensatória têm como pressuposto de que a família não consegue dar às crianças condições para seu bom desempenho na escola. Assim, as crianças são chamadas de carentes culturalmente, já que se parte do princípio que lhes faltam determinados requisitos básicos que lhes garantam o sucesso na escola. (2012, p.12)

Foi na década de 1980 que se iniciam as principais alterações e conquistas na área da Educação Infantil. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal houve o reconhecimento da educação como direito da criança, uma opção da família e um dever do estado. “Art. 208, o dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de atendimento em creches e pré-escolas, às crianças de 0 a 6 anos de idade” (BRASIL, 1988, p. 95).

Em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que a criança têm seus direitos reconhecidos por meio da lei nº 8.069/90 que considera que a criança é um sujeito de direitos, como ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de gostar, direito de conhecer, direito de opinar e de sonhar" (SANTOS, 2012, p.13). Em 1996, com a aprovação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica, ofertando vagas às crianças de 0 a 6 anos de idade, e, assegurando o seu desenvolvimento integral. A mesma deixa, então, de ser vinculada à Secretaria de Assistência Social e passa a integrar a política nacional da educação do MEC.

Art. 29°. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30°. A educação infantil será oferecida em: I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – Pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31° (BRASIL 1996, p. 12).

Em 2010, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), que tem por objetivo estabelecer orientações para serem observadas na organização de propostas pedagógicas para a Educação Infantil, ou seja, as instituições deveriam funcionar de acordo as leis e normas educacionais vigentes nesse documento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.11),

(...)articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

Em relação ao papel do educador/a de Educação Infantil, as Diretrizes preconizam que tem, prioritariamente, " a função de educar e cuidar, de forma integrada da criança na faixa de zero a seis anos de Idade." (PNEI.1994, p.16). Precisa, necessariamente, desenvolver uma prática pedagógica apropriada aos interesses da criança, com domínio de conhecimentos científicos básicos tanto quanto de conhecimentos necessários para o trabalho com a criança, como, por exemplo, saúde, higiene, psicologia, linguagem, e das múltiplas formas de expressão humana.

Ainda, é importante que o professor/a de Educação Infantil desenvolva uma atuação que seja promotora da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças no sentido de lhes garantir o direito à infância. Para que isso ocorra, é necessário que o espaço proporcione à elas situações onde possam manifestar suas emoções, priorizando relações afetivas entre criança/criança e criança/professor, numa lógica de respeito às diferenças. Já que, conforme perspectiva sócio-interacionista, a criança vai adquirindo valores, conceitos e significados de acordo com suas relações sociais vivenciadas ao longo de seu desenvolvimento. Por isso, contribuindo com a argumentação, segundo Santos,

Ao profissional de educação infantil cabe proporcionar um espaço que contemple momentos de afetividade, de alegria, para que a escola seja a extensão da sua casa, do seu ambiente familiar. Podemos considerar que a educação infantil tem como princípio básico o cuidar e educar de forma articulada de modo a complementar a educação da família, num papel político e social com características e especificidades próprias no desenvolvimento do trabalho junto à criança pequena. (2012, p.15)

Cabe ao profissional de educação infantil, nesse sentido, saber lidar com as crianças em diversas situações, já que, elas aprendem não apenas com o que é dito, mas, sobretudo, com o que veem, com a coerência entre as ações e o discurso dos professores. Assim, quando apresentamos modelos pautados no diálogo, na cooperação, na solidariedade, esses serão repetidos e valorizados pela criança. Os professores devem criar espaços de aprendizagem nos quais os conflitos possam se manifestar de forma sadia e equilibrada.

Considerando o exposto, que é possível compreender que é a partir da sua prática pedagógica, que os educadores de Educação Infantil podem fazer a diferença. Por meio das rotinas, atividades que estimulem, transformem e contribuam para o desenvolvimento infantil tanto nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social. Já que, de acordo com a autora citada (2004) práticas pedagógicas são atividades planejadas com o intuito de possibilitar as relações e processos sociais da sociedade

(...) é importante considerar a prática pedagógica como parte de um processo social e de uma prática social maior. Ela envolve a dimensão educativa não apenas na esfera escolar, mas na dinâmica das relações sociais que produzem aprendizagens, que produzem o “educativo”. (SOUZA, 2004, p.02)

Ainda, as escolas podem ser instituições eficazes para legitimar as desigualdades sociais, ou seja, apesar do discurso e ideologia "libertadores", são reprodutores das desigualdades sociais existentes, por meio das práticas e currículos pedagógicos, aplicados em sala de aula. "O mundo escolar e nele as práticas pedagógicas estão imbuídos das relações sociais que marcam a sociedade brasileira, a exemplo da exclusão, desigualdade social e relações de poder e de alienação". (SOUZA, 2004, p.15)

4.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Tudo indica que no Brasil o conceito de letramento foi cunhado pela primeira vez pela autora Mary Kato, em seu livro de 1986, "No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística". Para a autora, letramento é o uso da linguagem escrita para a necessidade individual de crescer cognitivamente, atendendo, assim, as várias demandas de uma sociedade. Com o tempo, o conceito foi sendo utilizado, desenvolvido e aprimorado por vários pesquisadores. A título de exemplo, Soares (2004) destaca que no período dos anos 1980 a alfabetização se caracterizou por uma alternância que envolvia métodos sintéticos e métodos analíticos, sendo que a criança teria que passar por um processo de aprendizagem dependendo de estímulos, para, depois, ter o domínio na escrita e desenvolver habilidades de leitura, ou seja, aprender a ler e a escrever, primeiramente, para depois, passar para os complementos, como diz a autora. Nesse sentido, é possível compreender que naquele período, as práticas de leitura e escritas foram passando por processos de transformação, levando ao que podemos compreender como atividades de letramento.

A autora nos ensina que o letramento é um conceito bem recente e tem como objetivo transformar o indivíduo em um ser letrado, ou seja, uma pessoa que domine a leitura e a escrita. Segundo a autora, letramento é o resultado da ação de "letrar-se", se dermos ao verbo "letrar-se" o sentido de tornar-se letrado. Sendo assim,

letramento é palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. (SOARES, 2004, 96)

O letramento pode, então, ser compreendido como o domínio que o indivíduo possui com a leitura e a escrita, considerando-as como prática social e como aliada da alfabetização. Ou seja, saber ler e escrever não é suficiente quando se trata de aprendizagem. O letramento, dessa forma, surge não para tomar o lugar da alfabetização, mas sim, para complementá-la por meio do desenvolvimento social e pedagógico da criança.

O letramento foi ganhando importância com o desenvolvimento de pesquisas que comprovaram que nem sempre o ato de ler e escrever garante que o indivíduo compreenda o que lê e que escreve, ou seja, certos resultados demonstraram que alguns alunos, mesmo não sendo totalmente alfabetizados, possuíam certo grau de letramento, enquanto que outros alfabetizados, na maioria das vezes, não compreendiam o que liam ou mesmo, não sabiam explicar o significado de sua leitura.

Assim, compreende-se que ler e escrever são muito mais do que decorar palavras ou seguir regras gramaticais, é necessário a compreensão do que se lê e do que se escreve, utilizando ambos os domínios como prática social, como experiência e como desenvolvimento da aprendizagem. Como afirma Soares,

peças se alfabetizam, aprendem a ler e escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita. Não adquirem competência para envolver-se com as práticas sociais de escrita: não leem livros, jornais, revistas; não sabem redigir um ofício um requerimento, uma declaração; não sabem preencher um formulário, sentem dificuldade para escrever um simples telegrama, uma carta. (2000, p.46)

Para tornar-se letrado o indivíduo necessita apropriar-se da leitura e da escrita, dominá-la. O nível de letramento depende das variedades de gêneros que o aluno reconhece, ou seja, saber ler bulas, receitas, jornais, revistas e interpretá-las. Sendo assim, compreende-se que o conceito de letramento, segundo Mattos (2010, p.10) é "a aprendizagem da leitura e da escrita e dependente de duas partes, que embora sejam distintas, necessitam ser trabalhadas juntas, ao mesmo tempo, essas partes são a alfabetização e o letramento."

4.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Muito se tem abordado sobre a inserção na linguagem escrita na educação infantil, a quem diga que não é bom e a quem diga que é essencial no processo de

aprendizagem. Muitas das vezes, o processo de alfabetização na educação infantil é tido como assustador, no entanto, como nos alerta Augusto (2011), é necessário se entender e se aplicar de forma certa a alfabetização junto as crianças. Para ela,

Os antigos métodos de alfabetização baseados em práticas exclusivamente escolares, em exercícios repetitivos de coordenação motora e outros destinados à prontidão para a escrita afastam as crianças de um contato mais significativo com as manifestações de escritas de sua própria língua. Tais métodos centram a atenção sobre as práticas de decodificação do escrito, mas não no reconhecimento, na compreensão e fixação da linguagem que se usa para escrever. (p.121)

Esses métodos repetitivos, como diz a autora, acabavam por atrapalhar o desenvolvimento da criança, sendo assim, a mesma orienta que deve-se utilizar novas formas de ensino, para não comprometer a sua formação. Ela explica que existem formas de alfabetizar uma criança sem comprometer sua aprendizagem e criando nela, o prazer de aprender de forma divertida. Um dos primeiros passos é a leitura de histórias.

O trabalho a partir da linguagem escrita se inicia muito cedo, com a curiosidade dos bebês que notam na entonação do adulto quando é hora de conversar, de brincar e de ouvir histórias. É certo que um bebê muito pequeno, não poderá compreender o significado de todas as passagens do texto lido pelo seu professor, mas ler histórias para um pequeno grupo de bebês, também é um jeito de cuidar da imaginação, da inteligência e dos afetos das crianças. Quando organizamos uma roda, nos sentamos com as crianças ou fazemos ninar ao som do "era uma vez", estamos ajudando-as a construir a memória, o sentido de ouvir histórias pelas palavras de um adulto afetivo. É um bom jeito de reconhecer, desde cedo, a diversidade de sentidos que estão guardados nos livros que os adultos lhes apresentam. (AUGUSTO 2011, p.125)

Na mesma direção Barbosa (2008) argumenta que a contação de estórias é uma das mais importantes possibilidades para a familiarização das crianças pequenas com o universo da língua escrita, já que, “o livro de estórias, além de representar um produto cultural historicamente legitimado, representa um objeto “mágico” a ser explorado, que envolve não só a dimensão cognitiva mas também aquela das emoções”. (p.27)

Retomando, Augusto (2011) afirma que a criança quando se encontra em uma roda com outras crianças, participa de um processo pelo qual aprende sobre os personagens, além de estar em um meio social que a familiariza com um ambiente alfabetizador. As mesmas, ao ouvirem os adultos lhes contar histórias adquirem, em

seu imaginário, a capacidade de repetir essas histórias para outras crianças. Nesse momento, ela está praticando o letramento. Para uma criança aprender a usar a leitura e a escrita como domínio e como fator social, é necessário o incentivo dos pais, familiares e dos professores. Se desde bebê os pais cantam ou contam historinhas para seus filhos dormirem, eles estarão incentivando o gosto deles pela leitura.

Para o desenvolvimento do Letramento na Educação Infantil, além da contação de histórias, outras estratégias podem ser utilizadas, como, por exemplo, os jogos e as brincadeiras lúdicas, promovendo, assim, um processo de alfabetização saudável e respeitador das ideias e da fase de desenvolvimento em que a criança se encontra. Segundo Coelho (2010), é necessário algumas habilidades, em espaços de Educação Infantil, para inserir a criança ao letramento, como, por exemplo, colorir a sala de aula, fixar cartazes das atividades por elas produzidas, produzir jogos e brincadeiras que incentivem a criança a gostar de ler e escrever, para que não se torne, assim, algo metódico. Para ela, o letramento deve ser trabalhado na sala de aula, entrando no mundo da criança e respeitando a cultura na qual ela está inserida, incluindo gêneros textuais e o contexto social.

Também, para Kishimoto (2010) o letramento na educação infantil deve ser aplicado com o uso de objetos incentivadores, tais como: livros, objetos de pintura que trabalham o desenvolvimento da criança, brinquedos, artes e etc. De acordo com a autora, o letramento ou literária abrange modos e práticas que ajudam no crescimento da criança, de cinco formas diferentes: a linguagem falada, por meio de conversas em grupo, as músicas, a contação de histórias, e, ainda, as brincadeiras e a apresentação de vídeos e filmes.

Em relação à linguagem escrita, a autora esclarece que a mesma pode ser potencializada por meio da estrutura do ambiente de educação, ou seja, o local em que a criança aprende deve conter livros, cartazes colados nas paredes, para incentivar a sua curiosidade. O uso de jornais, embalagens de alimentos, receitas de cozinha e etc., contribuem para a aprendizagem. A imagem visual também pode ser considerada outra estratégia utilizada, já que, ao ver um material/objeto a criança adquire a capacidade de criar animações, desenhos, e assim por diante.

Outros fatores importantes para o processo de letramento de crianças na etapa da pré-escola é o respeito a sua diversidade cultural, criando um ambiente propício para a aprendizagem e participando de forma direta na vida e nas dificuldades dela

A prática do letramento é influenciada pela comunidade e família, assim como a participação da cultura popular. A linguagem padrão acaba que eliminando a cultura popular e isso causa dificuldades no processo de letramento, pois muitas crianças não se expressam por haver variedades de culturas e um entrave neste processo de aprendizagem. Kishimoto (2010, p.27)

Tomando por base a prática de letramento, a criança precisa de cinco auxiliares para se tornar letrada, que são: o ouvir, o falar, o ler, o ver e o escrever. Enquanto que o ambiente em que a criança está propiciar o fundamental, ela se interessará pela leitura e escrita, e o processo será, ainda, mais prazeroso e criativo. O sucesso do letramento como prática social na educação infantil depende de alguns fatores, são eles: a concordância entre o letramento, a diversidade de formas de letramento, a qualidade dos ambientes de educação, os cuidados que se deve ter com a criança pequena, e abordagens baseadas no brincar, envolvendo, também, a cultura popular.

5 METODOLOGIA

Segundo Severino (2000) o projeto de pesquisa serve para facilitar e organizar os materiais de um trabalho, tendo como benefício a agilidade de cumprir os prazos preestabelecidos. Segundo Heerdt; Leonel; (2007, p.114) o projeto de pesquisa é um “pré-requisito para a realização da pesquisa científica”, ou seja, para se iniciar qualquer tipo de pesquisa/trabalho é necessário, primeiramente, elaborar um projeto.

De acordo com os autores antes de começar a pesquisa o pesquisador precisa organizar suas ideias e decisões, precisa escolher, delimitar e problematizar o assunto da pesquisa, justificar a importância de sua realização, determinar os objetivos, estabelecer os meios técnicos da investigação. Este projeto buscará alcançar os objetivos para a efetivação da pesquisa, por meio da abordagem qualitativa que, de acordo com (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 31) “se trata de um método que não se preocupa com a representatividade numérica e sim com a compreensão do objeto estudado, ou seja, não quantifica”. É nessa perspectiva que o presente projeto de pesquisa irá se evidenciar através de um método qualitativo que explicará a questão defendida no tema e suas possíveis dimensões

Sendo assim, primeiramente será desenvolvido um levantamento bibliográfico, buscando maior direcionamento ao assunto tratado, visando, ainda, melhor aprofundamento da temática proposta. Em seguida, será selecionada a escola para a

realização da pesquisa e, a partir daí, apresentado o projeto para, futuramente, ser aplicado por meio de um Estudo de Caso. Segundo Fonseca (apud SILVEIRA; 2009, p.39) o estudo de caso tem como objetivo conhecer com maior profundidade o assunto pelo qual a pesquisa irá se estabelecer, o porquê de uma determinada situação e os novos parâmetros que ela possa proporcionar. Já, para Silveira (2009) o Estudo de Caso é caracterizado pelo envolvimento ou mesmo participação do pesquisador com as pessoas que serão investigadas.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos "explanatórios" com dois outros tipos - estudos "exploratórios" e "descritivos". Independentemente do tipo de estudo de caso, os pesquisadores devem ter muito cuidado ao projetar e realizar estudos de casos a fim de superar as tradicionais críticas que se faz ao método. (YIN; 2001; p. 19)

Desse modo, serão realizadas observações com o objetivo de compreender as práticas pedagógicas dos docentes em sala de aula, identificando as estratégias utilizadas por profissionais de Educação Infantil, para o desenvolvimento da alfabetização e o letramento de crianças inseridas na pré-escola. Além da observação, serão realizadas entrevistas com professores, por meio de perguntas abertas, a partir da elaboração de um roteiro prévio. Também, serão observados quais são os impactos, no aprendizado das crianças, das estratégias utilizadas para o desenvolvimento da alfabetização e do letramento. Isso se dará, também, por via de conversas informais com as crianças. Compreender como docentes de Educação Infantil entendem, na rotina com as crianças, os momentos e os recursos direcionados à alfabetização e ao letramento, será outro foco a ser perseguidos.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Silvana de Oliveira; **A linguagem escrita e as crianças: superando mitos na educação infantil.** ISE Vera Cruz- Instituto avisa lá, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Unesp. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BARBOSA, Ana Rita de C. S. **Alfabetizando e desenvolvendo competências linguísticas a partir do conto de estórias.** Revista da FACED (UFBA. Online), v. 13, p. 27/14-37, 2008.
- CRAIDY & Kaercher. **Educação Infantil: pra que te quero?** Organizado por Carmem Maria Craidy & Gládis Elise P. da Silva Kaercher. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- COELHO, Silmara; **O processo de letramento na educação infantil.** Pedagogia em ação, v2, n.2, p. 1-117, nov. 2010- semestral.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Tolfo; **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- HEERDT; Mauri; Luiz Mauri Luiz, Leone; Vilson. **Metodologia científica e da perquisapesquisa.** Palhoça, Virtual, 2007.
- JR, Moysés Kuhmann; **Historias da educação infantil brasileira.** Fundação Carlos Chagar, São Paulo.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida; **Alfabetização e letramento/literacia no contexto da educação infantil: desafios para o ensino, para a pesquisa e para a formação.** FEUSP.
- KRAMER, Sonia; **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/ é fundamental.** Educ. Soc; Campinas, vol. 27, n. 96- Especial, p. 797-818, out. 2006.
- RESOLUÇÃO CNE/CEB 6/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de outubro de 2010, Seção 1, p.17.)
- SOARES, Ângela da Silva. Concepção De Infância E Educação Infantil. **Pedagogia ao pé da letra**, 2012. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil-2/>> Acesso em: 05 de out. de 2018.
- SOARES, Magda; **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos.** Artmed Editora, 2004.

SOARES, Magda; **Letramento: um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica 1999.

SOUZA, Maria Antônia de. **Prática Pedagógica: Conceito, Características e inquietações**. 07 fls. Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná. 2004.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.